

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no HABEAS CORPUS Nº 533.783 - PB (2019/0277987-8)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**EMBARGANTE : G F**  
**ADVOGADO : VITUS BERING CABRAL DE ARAUJO - PB018344**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**

## **EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO *HABEAS CORPUS* LIMINARMENTE INDEFERIDO. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA EVIDENCIADA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

## **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por G. F. contra decisão da minha lavra, assim ementada (fl. 496):

*"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. INSURGÊNCIA CONTRA O NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO DE AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO PARA AJUIZAMENTO DE REVISÃO CRIMINAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM PRÉVIO WRIT, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA."*

Afirma o Embargante que *"não está sendo tratado neste processo o combate à nenhuma liminar, mas sim ao mérito dos autos. Os autos às folhas 26, 112, 276 e 377 demonstram os Acórdãos que estamos combatendo no presente Habeas Corpus"* (fl. 503).

Assim, busca, *"a continuidade do presente Habeas Corpus com o julgamento do mérito e o deferimento dos pleitos objetivados pelo impetrante"* (fl. 503).

É o relatório.

Passo a decidir.

Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração destinam-se a suprir eventual omissão, afastar obscuridade, eliminar

# Superior Tribunal de Justiça

contradição ou ambiguidade existentes no julgado.

A obtenção de efeitos infringentes somente é possível, excepcionalmente, nos casos em que, reconhecida a existência de um dos defeitos indicados no supramencionado dispositivo legal, a alteração do julgado seja consequência inarredável da correção do referido vício, bem como nas hipóteses de erro material ou equívoco manifesto, que, por si sós, sejam suficientes para a inversão do julgado.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado como incurso no art. 217-A do Código Penal, a cumprir uma pena de 8 (oito) anos de reclusão, em regime inicial fechado, por sentença proferida em 22/04/2013. Foi-lhe deferido o apelo em liberdade (fl. 150). Contudo, a condenação transitou em julgado em 12/02/2014, sendo expedido o mandado de prisão para cumprir a pena imposta. Não houve cumprimento da ordem de prisão. A condenação foi mantida em sede de Revisão Criminal na instância *a quo*.

A Defesa do Condenado apresentou, ainda, pedido de justificação criminal nos próprios autos da ação penal originária e, diante de sua rejeição, interpôs recurso apelatório, em trâmite no Tribunal *a quo*.

Concomitantemente, impetrou o *habeas corpus* originário, com pedido liminar, buscando suspender a execução da pena e o deferimento de audiência de justificação onde a vítima se retrataria, afirmando que nunca houve o estupro de vulnerável pelo qual o Recorrente foi condenado.

O Tribunal *a quo* indeferiu o provimento urgente fls. 361-364.

Na presente insurgência, o Impetrante defende a necessidade de análise das novas provas em primeiro grau, em sede de justificação criminal, para se poder pleitear a novamente a revisão criminal.

Busca, assim, a "*concessão da TUTELA DE URGÊNCIA EM SEDE DE MEDIDA LIMINAR (após ouvida a autoridade coatora), concedendo-se imediatamente a determinação de aceitação da justificação criminal com a designação de audiência de instrução em especial para oitiva*" (fl. 10) da vítima.

Pois bem.

A inicial do *habeas corpus* expressamente aponta como autoridade coatora "*o Eminent Relator do HC nº 0807531- 86.2018.8.15.000 da Câmara Criminal*

# Superior Tribunal de Justiça

do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB)" (fl. 3), posteriormente não conhecido por reiterar pedido formulado em sede de apelação.

Tal acórdão, inclusive, foi objeto de recurso ordinário não conhecido em decisão assim emendada:

**"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. INSURGÊNCIA CONTRA O NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO DE AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO PARA AJUIZAMENTO DE REVISÃO CRIMINAL. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA NÃO CONHECIDA PORQUE SUBSTITUTIVA DE RECURSO DE APELAÇÃO, JÁ INTERPOSTO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO."** (RHC 111951/PB, Rel. Ministra LAURITA VAZ, DJe 12/08/2019).

O apelo, por sua vez, não foi conhecido porque intempestivo (fls. 483-492).

Diante da ausência de manifestação da instância *a quo* sobre a matéria objeto do *writ* substitutivo, os argumentos do Embargante evidenciam apenas seu inconformismo com a decisão embargada, não sendo os embargos o meio adequado para a reforma do *decisum*, afinal, ainda que se considere que a impetração se volta contra acórdão proferido pelo Colegiado na Corte *a quo*, inviável a análise da matéria, sob pena de supressão de instância, já que a questão não foi analisada no julgamento do *writ* originário tampouco no julgamento do recurso de apelação, ambos não conhecidos.

Correto, portanto, o não conhecimento do presente *habeas corpus*.

Em verdade, verifica-se que os embargos de declaração foram opostos com o inequívoco intento de viabilizar novos debates a respeito de assuntos já decididos, o que sabidamente não se coaduna com a sua finalidade processual.

Ilustrativamente:

**"PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ESTELIONATO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA CONDENAÇÃO. NATUREZA DECLARATÓRIA. CAUSA INTERRUPTIVA. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.**

**1. O acórdão está devidamente fundamentado e não incorreu em omissão, contradição ou obscuridade. O embargante pretende rediscutir o tema julgado pelo agravo, finalidade a que não se destinam os embargos de declaração.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

2. O acórdão que apenas confirma a sentença de primeiro grau, sem decretar nova condenação por crime diverso, não configura marco interruptivo da prescrição, ainda que haja reforma considerável na dosimetria da pena. *Precedente.*

3. *Embargos de declaração rejeitados.*" (EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1.629.674/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 12/06/2018; sem grifos no original.)

"PENAL E PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO INFUNDADO. NÍTIDO CARÁTER PROTELATÓRIO. DESVIRTUAMENTO DO CÂNONE DA AMPLA DEFESA. ABUSO DE DIREITO. DETERMINAÇÃO DE REMESSA DOS AUTOS AO STF. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.

1. *A recorribilidade vazia, infundada, como in casu, tão somente com nítido intuito protelatório, configura abuso do direito de recorrer e não é admissível em nosso ordenamento jurídico, notadamente em respeito aos postulados da lealdade e boa fé processual, além de se afigurar desvirtuamento do próprio cânone da ampla defesa.*

2. *O manejo recursal com finalidade meramente protelatória autoriza a remessa dos autos ao Supremo Tribunal Federal, tendo em vista a pendência de julgamento de agravo em recurso extraordinário anteriormente interposto.*

3. *Embargos de declaração não conhecidos, com a determinação de encaminhamento dos autos ao STF, após a publicação do acórdão, independentemente da eventual interposição de outro recurso.*" (EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 1.194.589/AM, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 27/04/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora